



AÇÃO SOCIALISTA ENTREVISTA PEDRO NUNO SANTOS

JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES/PS

“NÃO ESTAMOS REFÊNS DE PRESSÕES EXTERNAS”

P. 8 E 9



ELEIÇÕES FEDERATIVAS 2024



P. 2 e 3

PS PARLAMENTO EUROPEU

ANA CATARINA MENDES
SÉRGIO GONÇALVES

P. 5



MULHERES SOCIALISTAS

ELZA PAIS
LA SALETTE MARQUES

P. 7



PS COMUNIDADES

PAULO PISCO

P. 10



GRUPO PARLAMENTAR

ALEXANDRA LEITÃO
ANTÓNIO MENDONÇA MENDES
MARIANA VIEIRA DA SILVA
ISABEL FERREIRA

P. 12, 14 e 16



AUTARQUIAS

LUISA SALGUEIRO
PEDRO RIBEIRO

P. 13



JUVENTUDE SOCIALISTA

MIGUEL COSTA MATOS
DIOGO VINTÉM

P. 15



E AINDA:

PS AÇORES

P. 4

PS MADEIRA

P. 6

TENDÊNCIA
SINDICAL
SOCIALISTA

P. 11

FEDERAÇÕES 2024

PRESIDENTES ELEITOS



PS



VITOR PAULO PEREIRA



VICTOR HUGO SALGADO



NUNO ARAÚJO



HUGO OLIVEIRA



JOÃO PORTUGAL



GONÇALO LOPES



BRIAN SILVA



RICARDO LEÃO



HUGO COSTA



ANDRÉ PINOTES BATISTA



FRANCISCO CÉSAR



RUI SANTOS



BENJAMIM RODRIGUES



ARMANDO MOURISCO



ALEXANDRE LOTE



VITOR PEREIRA



LUÍS TESTA



LUÍS DIAS



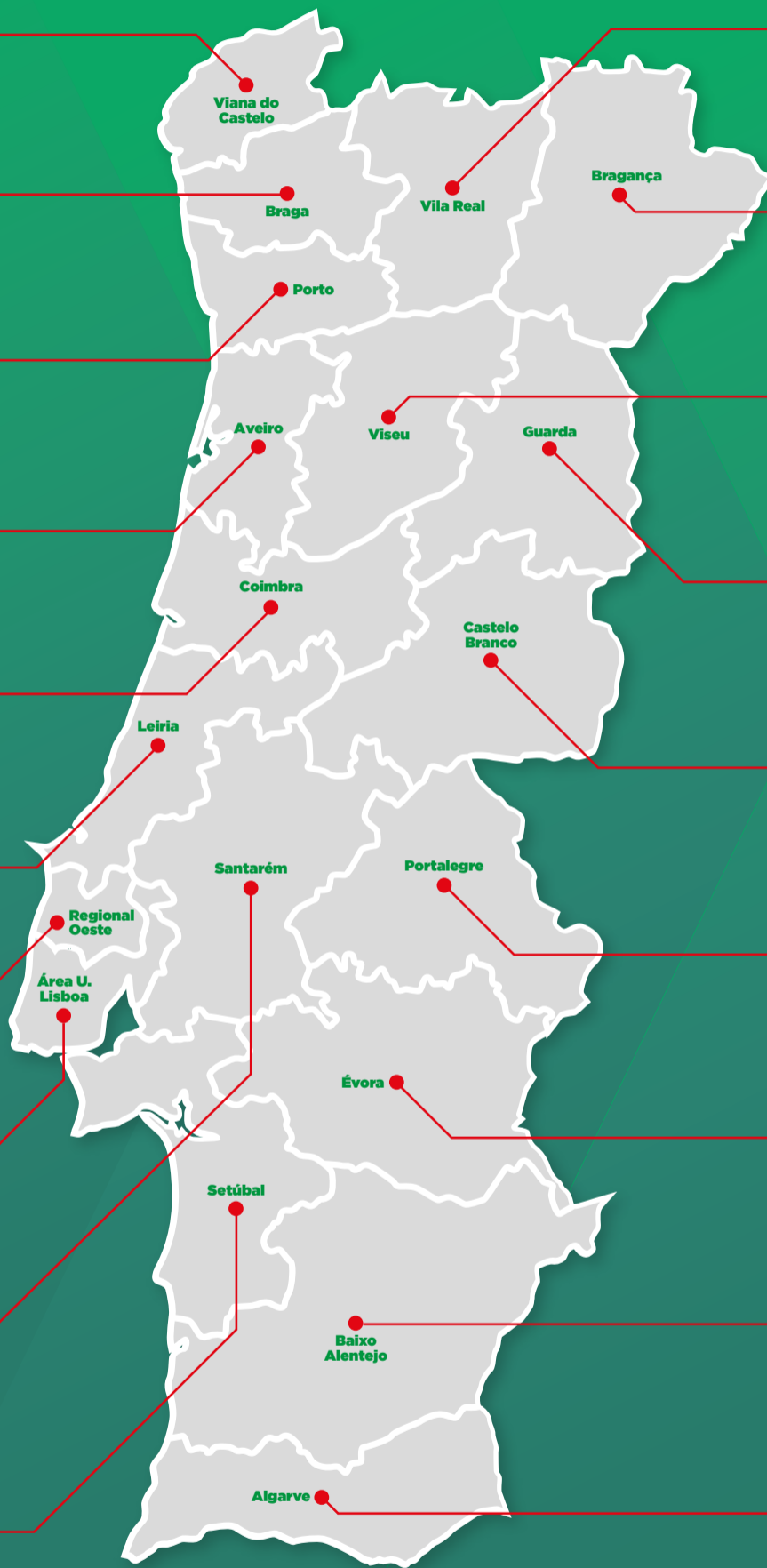
NELSON BRITO



LUÍS GRAÇA



PAULO CAFÔFO



Regional Açores

Regional Madeira



ELEIÇÕES INTERNAS

PS ELEGU OS PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES

O Partido Socialista elegeu, nos dias 27 e 28 de setembro, os presidentes das suas 19 Federações do continente, tendo sido chamados a participar mais de 58 mil militantes, o maior número de sempre com capacidade eleitoral, numa demonstração de enorme vitalidade e participação interna.

PARA O CICLO político do biénio 2024-2026, foram eleitas 9 novas lideranças federativas, tendo sido reeleitos 10 presidentes para um novo mandato, combinando renovação e trabalho com provas dadas.

Nas quatro Federações onde houve disputa eleitoral entre mais do que um candidato, Nelson Brito renovou o mandato na Federação do Baixo Alentejo, Hugo Oliveira ganhou em Aveiro, Victor Hugo Salgado venceu em Braga e Gonçalo Lopes na Federação de Leiria.

Entre os oito presidentes de Federação eleitos pela

primeira vez, contam-se também, para além de Aveiro, Braga e Leiria, Benjamim Rodrigues na Federação de Bragança, Ricardo Leão na Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), Nuno Araújo na Federação do Porto, André Pinotes Batista na Federação de Setúbal, e Armando Mourisco na Federação de Viseu.

Rui Santos volta a assumir o cargo, já anteriormente exercido, de presidente da Federação de Vila Real.

Além de Nelson Brito, foram também reeleitos, para um novo mandato, Luís Graça (Federação do Algarve), Vítor Pereira (Federação de Castelo

Branco), João Portugal (Federação de Coimbra), Luís Dias (Federação de Évora), Brian Silva (Federação Regional do Oeste - FRO), Alexandre Lote (Federação da Guarda), Luís Moreira Testa (Federação de Portalegre), Hugo Costa (Federação de Santarém) e Vítor Paulo Pereira (Federação de Viana do Castelo).

Nesta eleição, foram ainda eleitos 4.460 delegados aos Congressos Federativos, aos quais se juntam 2.972 delegados inerentes.

Os congressos das Federações do Partido Socialista terão lugar nos dias 12 e 13 de outubro. ■

EDITORIAL A AUTONOMIA ESTRATÉGICA DOS SOCIALISTAS

PORFÍRIO SILVA



A autonomia estratégica do PS é a capacidade permanente para definirmos o nosso comportamento político com base na avaliação que fazemos coletivamente da melhor via para progredir, contínua e sustentadamente, para uma sociedade decente, com direitos humanos garantidos e melhorando a vida concretas dos portugueses, em especial quando essa vida assenta no seu trabalho.

A autonomia estratégica não nos foi oferecida: foi conquistada nas circunstâncias históricas concretas onde fizemos, não as escolhas mais fáceis em cada momento, mas as escolhas exigíveis à luz dos nossos valores e da consolidação da democracia. E foi conquistada, também, pela nossa implantação em todos os recantos e todas as dimensões da vida nacional.

Este número do Ação Socialista reflete essa multidimensionalidade do PS, desde as estruturas regionais, PS/Açores e PS/Madeira, que garantem escrutínio da governação e alternativas progressistas ao estado de coisas nas Regiões Autónomas, até ao Grupo Parlamentar na AR, ativo em representação das nossas preocupações e propostas em todos os domínios da vida nacional, passando pelos nossos eurodeputados, vigilantes dos interesses nacionais no contexto do interesse comum europeu, pelos sindicalistas socialistas organizados quer na UGT quer na CGTP e que, em circunstâncias diversas, aí defendem os interesses dos trabalhadores na ótica do socialismo democrático, passando por camaradas nossos que se distinguem nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, ou pela Juventude Socialista, a organização autónoma com uma missão especialmente importante e difícil num tempo onde o individualismo assentou arraiais entre os mais novos e qualificados, ou pelas Mulheres Socialistas-ID, cujo combate pela igualdade é tão decisivo e prolongado, e também pelos autarcas socialistas que corporizam a nossa proximidade com todos os territórios e suas gentes e que serão a nossa linha da frente naquela que deve ser a próxima ocasião eleitoral para apresentar as nossas propostas à cidadania.

Um partido tão largamente representativo nunca se deixa determinar nas grandes escolhas pelo ruído circunstancial ou pelos interesses particulares de outros agentes.

A política democrática é a vida do coletivo construída pelos cidadãos, não é um jogo de palavras nem de factoides produzidos nos espelhos de alguns palácios. A democracia não é só eleições: não há mais democracia por realizarmos mais atos eleitorais, muito menos se eles se repetirem fora dos calendários só para satisfazer ativismos deslocados no plano constitucional e acabarem por ser inconsequentes no plano político. A democracia tão-pouco é só uma aritmética de maiorias e minorias: exige compromisso com princípios, valores e causas, respeito por instituições que não devem ser manipuladas para jogos de circunstância ou oportunidade.

A autonomia estratégica do PS foi conquistada e continuará a assentar nessa fidelidade a valores, nesse cuidado pelas instituições democráticas e por não facilitar a vida aos inimigos de Abril – e em assumirmos as nossas responsabilidades de acordo com a avaliação própria do coletivo partidário. ■

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: UM NOVO FUTURO



No âmbito da preparação do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025 foram ouvidos, como é hábito, os partidos políticos, com assento parlamentar, e os parceiros sociais.

NESSE CONTEXTO, o PS/Açores apresentou 11 medidas ao Presidente do Governo Regional, como propostas de negociação, para a aprovação do Plano e Orçamento para 2025.

São onze medidas que abrangem várias áreas de governação, como sejam as finanças públicas, a saúde, a educação e a habitação.

O PS propôs, por exemplo, a criação de um programa de apoio às despesas de alojamento dos estudantes universitários deslocados. Apesar de o Governo da República da responsabilidade do Partido Socialista ter reduzido, nos últimos anos, o valor das propinas, ainda são muitos os encargos com que um estudante deslocado, e respetivas famílias, estão confrontados no acesso ao ensino universitário. Com esta proposta, pretendemos que seja atribuída, mensalmente e a partir de março de 2025, uma comparticipação financeira para fazer face às despesas de alojamento dos estudantes universitários açorianos deslocados, quer no continente, quer entre ilhas.

Propusemos, ainda, a criação de um programa de apoio ao acesso à habitação para jovens, através da colocação, no mercado, de habitações que já existam para arrendamento ou venda para jovens; na reabilitação de habitações ou na criação de um programa de incentivo à construção de novas habitações para venda ou para arrendamento.

Pretendemos, também, que seja criado um programa de apoio

ao aumento dos jovens açorianos com qualificação ao nível do ensino superior, garantindo, através de um conjunto de apoios financeiros, uma igualdade de qualificação a todos os jovens, independentemente do seu contexto familiar. Só com mais educação se consegue efetivamente quebrar o ciclo de pobreza verificado na Região.

Também direcionada aos jovens, apresentámos uma medida que garanta que todos os jovens açorianos possam regressar à Região após a conclusão do ensino superior, garantindo condições de atratividade para o seu regresso e fixação.

Sabendo da importância fundamental da frequência da creche e jardim-de-infância, no percurso educativo de todas as crianças e jovens, propusemos a rejeição da proposta apresentada pelo CHEGA. Queremos uma aposta firme e real no aumento de vagas e na concretização de todas as obras em creches, incluídas ao longo dos anos nos sucessivos Planos e Orçamentos da Região.

Na Saúde, pretendemos que seja assegurada a redução do número de açorianos em lista de espera para cirurgia nas diversas especialidades, mas, também, uma redução ao nível das consultas em atraso.

Propusemos que o valor da dívida pública regional não ultrapasse o montante da dívida pública de 2023, garantindo, assim, a sustentabilidade futura da Região, e que seja reduzida, até 30 de março de

2025, a dimensão dos Gabinetes dos membros do Governo, repondo o número de elementos que existia até 2020.

Temos, à data de hoje, o maior Governo Regional de sempre, com gabinetes com mais de 35 técnicos especialistas. Nunca, na história da Autonomia, se registou um número tão elevado de trabalhadores em gabinetes governativos, pelo que é fundamental reduzir a dimensão dos mesmos, repondo o

Já em relação à precariedade na Administração Pública, a Região não pode, nem deve, continuar a ser o seu maior promotor. Os Açorianos merecem ver garantida a sua estabilidade e remuneração e não viver na incerteza quanto ao seu futuro.

Nesse sentido, propusemos ao Governo Regional a limitação a três meses, não renováveis, do prazo limite para contratos com prestadores de serviços no âmbito da Ad-

continuar a desperdiçar a sua segunda maior fonte de receitas, os fundos comunitários.

E, portanto, é necessário menos burocracia e maior transparência na execução do PRR, com a publicação trimestral do relatório em que conste, não só a receita acumulada por projeto, como também, a despesa liquidada por projeto, no âmbito do PRR.

Uma boa economia não é compatível com atrasos, importando, por



“Temos, à data de hoje, o maior Governo Regional de sempre, com gabinetes com mais de 35 técnicos especialistas.”

número de elementos que existia até 2020.

Para o PS, a inclusão desta medida no Orçamento permitirá, inclusive, repor a confiança dos Açorianos nas instituições públicas, assim como poupar recursos

De igual modo, propusemos, uma medida relacionada com a transparência e com o apoio à economia, no sentido de reduzir em 50% a dívida não financeira, extensível a toda a máquina governativa: Administração direta, fundos e serviços autónomos e empresas públicas reclassificadas, por considerar não ser possível conciliar uma economia pujante que seja, ao mesmo tempo, sabotada pela dívida, aliás cada vez maior, do Governo Regional a fornecedores.

ministração Pública, com o objetivo de reduzir, até ao final de 2025, cerca de 30% dos prestadores de serviços, através de um programa extraordinário de regularização. Por último, mas não menos importante, apresentamos uma proposta relacionada com as empresas e com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o novo sistema de incentivos, o 'Construir 2030'.

Neste momento, o Governo Regional continua sem pagar o que deve aos empresários e empresas, aos cidadãos que se candidataram a sistemas de incentivos e de apoios, às instituições e agentes culturais, a clubes e associações desportivas bem como a IPSS. A par dessa situação não pode

isso, reduzir a burocracia na análise dos sistemas de incentivos.

Apresentadas estas onze medidas, consideramos que o Governo Regional poderá, facilmente, acomodá-las no Plano e Orçamento da Região, sem se verificar uma divergência do ponto de vista fiscal. Esta é a oportunidade de fazermos diferente. A oportunidade de construirmos um Orçamento ao centro, caso o Governo Regional assim o entenda, negociando com quem está disponível para concretizar soluções que ajudem efetivamente a vida das pessoas, ao invés de construir um Orçamento junto da direita populista e reacionária, como é o Chega.

O Partido Socialista/Açores está disponível para isso. ■ PS/AÇORES

O CUSTO SOCIAL DA COMPETITIVIDADE

ANA CATARINA MENDES*



“Se o Relatório Draghi é claro no percurso a percorrer num conjunto de setores, é praticamente ausente no alinhamento desse percurso com o robustecimento da dimensão social da competitividade. Compete-nos assegurar que a dimensão social da economia europeia não é a moeda de troca do crescimento económico.”

Em 2012, o Reino Unido ainda era um Estado-membro da União Europeia (UE) e preparava-se para receber os jogos olímpicos desse ano. Draghi escolheu discursar em Lancaster House na Global Investment Conference e aí alterar o rumo do aprofundamento europeu. Numa altura em que muitos colocavam em causa a viabilidade da moeda única, a irreversibilidade do euro foi perentória: “o BCE está disposto a fazer tudo o que for preciso para proteger o euro. E acreditem, será suficiente.” Doze anos volvidos, o Reino Unido recuou e materializou a sua saída da UE. Simultaneamente, os restantes 27 Estados-membros foram aprofundando o caminho de europeização preconizado por muitos. Um caminho que Draghi descreveu, na introdução daquele discurso, como dependente do exercício supranacional de competências soberanas historicamente enraizadas nas culturas de 27 países. Fruto desse aprofundamento, beneficiamos hoje de um reforço na união económica e orçamental, que atravessa o universo das finanças públicas, dos mercados bancário-financeiro, das políticas económicas e das instituições políticas.

Esse aprofundamento não resolveu, porém, o ritmo inerte da economia europeia e, hoje, estamos perante um problema agudo ao nível da competitividade. Um problema que tem imperativamente de ser enfrentado sob pena de, no limite, comprometermos a capacidade de garantir a defesa dos valores-chave da democracia, da liberdade, da paz, da igualdade e da prosperidade para todos.

O relatório de Draghi sobre a competitividade é um passo importante nesse caminho coletivo que temos pela frente. Desde logo, porque demonstra cabalmente e com detalhe que o mercado europeu está a ficar atrás de outros grandes blocos económicos. Um atraso que se deve, em grande parte, ao défice de produtividade do tecido económico.

Mas o relatório não se limita a listar problemas. Draghi aponta um caminho em frente, fundado em três missões prioritárias: estancar a disparidade europeia com os Estados Unidos e a China no domínio da inovação; aplicar um plano conjunto para a descarbonização e consequente

diminuição dos custos coletivos com energia; e reforçar as políticas de segurança e defesa, diminuindo ao mesmo tempo as dependências externas, designadamente através do acesso geograficamente diversificado a matérias-primas críticas. Este caminho tem um preço. Teremos de assegurar que, desde logo através da emissão conjunta de dívida pública e da melhoria da união dos mercados financeiros, a UE aumente os seus níveis de investimento em pelo menos 750 a 800 mil M€ por ano. Isto equivale a 4,4 a 4,7% do PIB de todos os Estados-membros da UE em 2023.

Não se pode, todavia, olhar para a dimensão social da UE como um engrossar do role de custos a pagar pelos avanços necessários na competitividade económica. Por um lado, porque também a dimensão social integra os valores fundadores do projeto europeu. Por outro lado, porque a cultura europeia moderna demonstra que o crescimento económico e o fortalecimento das condições sociais não são conceitos adversativos, mas antes dependentes e complementares. Temos assim de fazer notar que, se o Relatório de Draghi é claro no percurso a percorrer num conjunto de setores concretos - desde a computação aos transportes, do espaço ao setor automóvel -, é praticamente ausente no alinhamento desse percurso com o robustecimento da dimensão social da competitividade. Um robustecimento que deve passar pelo reforço da qualidade das condições laborais, pelo renovado incentivo à negociação coletiva como meio para melhorar as relações laborais, pela conceção de estratégias para garantir o envelhecimento ativo e pela garantia de proteção social daqueles não podem participar do mercado de trabalho. Compete a cada um de nós - cientes e preocupados com essa ausência - assegurar que a dimensão social da economia europeia não é a moeda de troca do crescimento económico e está sempre presente na implementação da estratégia preconizada no relatório de Draghi. Também essa dimensão faz parte dos valores-chave do projeto europeu, sob pena de transfigurarmos a economia europeia projetada para todos numa ordem económica de que beneficiam apenas alguns. ■

* Deputada ao Parlamento Europeu

ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA 2025

SÉRGIO GONÇALVES*



“Não podemos aprovar um orçamento que inclua reduções no EU4Health ou no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, que tão importante foi recentemente no combate aos incêndios que assolaram o nosso país”.

O Orçamento de 2025 da União Europeia será um tema central de discussão no Parlamento Europeu nos próximos meses, sendo também o primeiro orçamento após a revisão do Quadro Financeiro Plurianual efetuada em 2024. Apesar de totalizar 199,7 mil milhões de euros em dotações, o que representa um aumento de 2,3% em relação a 2024, este orçamento coloca diversos desafios, que exigirão muito trabalho, capacidade negocial e compromissos.

Os custos dos juros do NextGenerationEU, estimados em 5,2 mil milhões de euros para 2025, são um desses desafios. Perante a subida das taxas de juro, estes excedem claramente os 2,6 mil milhões de euros previstos no momento da contratação do empréstimo. Face a este cenário, foi definido um mecanismo em cascata denominado EURI LINE, que previa afetar recursos de forma faseada para cobrir esta derrapagem de custos. Em primeiro lugar, utilizando e esgotando os recursos da linha; em segundo, reafectando outros recursos não utilizados; e, apenas em último recurso, solicitando contribuições adicionais aos Estados-membros. A Comissão Europeia propõe aplicar este mecanismo cobrindo as necessidades financeiras em 50% com recursos da linha EURI LINE e 50% com reafecção de recursos não utilizados, sem necessidade de recorrer a contribuições adicionais. Acontece que a proposta do Conselho da União Europeia diverge substancialmente, pretendendo que 65% dos recursos provenham de cortes em programas - e aqui reside um ponto fundamental que causa enorme preocupação, sobretudo quando sabemos que alguns destes programas já haviam sofrido cortes em 2024. Enquanto a Comissão pretende utilizar verbas disponíveis desde 2021, o Conselho pretende cortar em programas atualmente em curso.

Num momento em que foi apresentado e debatido em Estrasburgo o Relatório Draghi, onde são identificados três domínios de ação principais, a inovação, a descarbonização e o aumento da segurança/redução de dependências, a posição do Conselho é contrária à necessidade de investimento para acelerar o crescimento e fomentar a competitividade da UE. De referir que este relatório está, grosso modo, alinhado com as prioridades estratégicas defendidas pelos socialistas europeus, pelo que a nossa posição no Parlamento Europeu é bem clara. Aceitar uma redução no Horizonte Europa ou um corte no Erasmus+ é estar contra a inovação. Aceitar uma redução no Life é estar contra a descarbonização. De igual modo, não podemos aprovar um orçamento que inclua reduções no EU4Health ou no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, que tão importante foi recentemente no combate aos incêndios que assolaram o nosso país.

A discussão do Orçamento da UE para 2025 é por isso fundamental, até porque surge na antecâmara de um dos momentos mais decisivos deste mandato que ainda agora se iniciou: o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034. Felizmente, temos uma equipa competente e preparada, que dará seguramente boa conta do recado, defendendo os interesses de Portugal e dos portugueses, integrados numa União Europeia coesa que apresente soluções a todas e todos os europeus. ■

*Deputado ao Parlamento Europeu

PS EMPENHADO EM APURAR RESPONSABILIDADES POLÍTICAS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS NA MADEIRA



DR/PS MADEIRA

O PS-MADEIRA requereu a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com vista ao apuramento de responsabilidades políticas no que se refere ao combate aos incêndios que lavraram na Madeira entre os dias 14 e 26 de agosto, que acabaram por consumir mais de 5.000 hectares de área florestal e obrigaram centenas de pessoas a abandonarem as suas casas. A forma como o Governo Regional geriu o combate aos incêndios foi alvo de muitos reparos, com a população e especialistas a questionarem a estratégia adotada e o timing e eficiência da intervenção no terreno. Uma situação que levou a que as chamas, com origem no concelho da Ribeira Brava, se tivessem alastrado aos municípios de Câmara de Lobos, Santana e Ponta do Sol, com graves consequências ao nível da destruição do património natural. Perante estes factos, o

presidente do PS-Madeira considera "imperativo" que sejam apuradas responsabilidades políticas e que os madeirenses conheçam toda a verdade sobre a ação governativa. "A Assembleia Legislativa é a nossa casa da Democracia e é fundamental que os membros do Governo Regional com responsabilidade em matéria de proteção civil prestem os devidos esclarecimentos à população", afirma Paulo Cafôfo, esperando que o chefe do Executivo, Miguel Albuquerque, compareça perante a Comissão de Inquérito e não fuja ao escrutínio, refugiando-se na premissa de apenas responder por escrito. A Comissão de Inquérito, requerida de forma potestativa pelo Grupo Parlamentar do PS, já foi formalmente constituída e tomou posse no passado dia 19 deste mês. É presidida pela deputada Sancha de Campanella e integra igualmente a deputada Marta Freitas, que será a

secretária deste órgão. O presidente dos socialistas madeirenses, também líder da bancada parlamentar, critica a descoordenação e as afirmações contraditórias do presidente do Governo e do secretário regional no combate aos incêndios, a começar pela questão da recusa da ajuda exterior numa primeira instância, com Pedro Ramos a alegar que "nem 10% dos meios da Região" estavam a ser utilizados, sendo depois desmentido por Miguel Albuquerque, que afirmou que já tinha combinado com o Governo da República o envio de meios. Tudo isto, critica Paulo Cafôfo, no meio de um evidente "desnorte" e de uma "arrogância" de quem só ao quarto dia de incêndio decidiu interromper as férias no Porto Santo, às quais voltou no dia seguinte, virando as costas aos madeirenses que viviam momentos de aflição. "Tudo isto tem, necessariamente,

de ser cabalmente explicado aos madeirenses", reforça o presidente do PS-Madeira, acrescentando que a constituição da comissão de inquérito é a melhor forma de escrutinar a ação governativa em todo este processo. Como explica, as comissões de inquérito têm mais poderes, são mais abrangentes e competentes, já que gozam dos poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados e têm, inclusivamente, direito à coadjuvação das autoridades judiciais, dos órgãos da polícia criminal e das autoridades administrativas, nos mesmos termos que os tribunais. Desta forma, os socialistas pretendem chamar ao Parlamento os governantes com responsabilidade em matéria de Proteção Civil (Miguel Albuquerque, Pedro Ramos e António Nunes), bem como técnicos e especialistas na área da gestão florestal e do combate

a incêndios. Serão igualmente solicitados os registos das comunicações efetuadas e a documentação trocada entre os diferentes organismos governamentais e forças de proteção civil. O objetivo, reafirma Paulo Cafôfo, é "passar tudo a pente fino", desde o início do combate ao incêndio, as questões relacionadas com a ajuda do exterior, as condições e os termos em que foi acionado o Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, em que foi declarada a situação de Calamidade e em que foi acionado o Mecanismo Europeu de Proteção Civil. Isto sem esquecer as pressões exercidas sobre os jornalistas e o impedimento do seu acesso a determinados locais. "Estas são questões que não podem ser encaradas de ânimo leve e iremos até às últimas consequências para apurar a verdade dos factos", vinca o presidente do PS-Madeira. ■ PS/MADEIRA

'RENTRÉE' HOMENAGEIA CORAGEM DOS SOCIALISTAS MADEIRENSES

O PS-MADEIRA assinalou a sua 'rentrée' política com uma homenagem aos militantes com mais anos de militância no Partido. Na iniciativa, que teve lugar no passado dia 8 de setembro, no Funchal, no Parque de Santa Catarina, foi prestado tributo àqueles que contam, respetivamente, com 20, 25, 30, 35 e 40 e mais anos de militância, aos quais foi atribuído um certificado enaltecendo a forma dedicada e firme como têm vindo a defender

os valores do socialismo democrático, pelos quais o PS se rege. Na ocasião, o presidente do PS-M, Paulo Cafôfo, elogiou a coragem de todos aqueles que, perante a conjuntura política na Região, não têm medo de dar a cara pelo Partido Socialista, de mostrar que pensam de forma diferente e de continuarem a acreditar e a contribuir para a necessária mudança política na Madeira. "O contexto em que fazemos política é muito mais

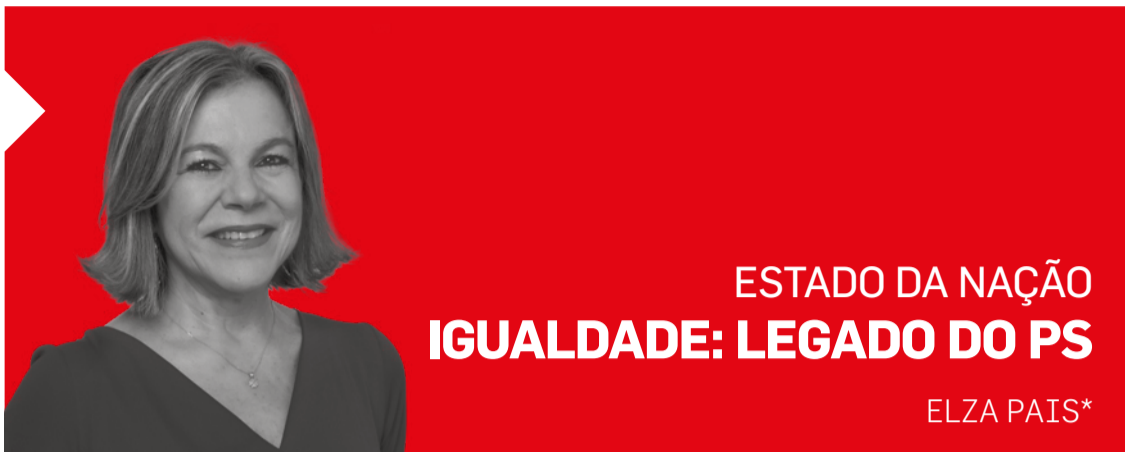


DR/PS MADEIRA

desafiante do que o dos nossos camaradas no continente. Isto porque o regime que está no poder há 40 anos na nossa Região torna a nossa missão mais difícil, mas também dá mais valor aos homens e mulheres que, apesar

da adversidade, todos os dias lutam pelos princípios em que acreditam, sem nunca desistirem", afirmou na ocasião o líder dos socialistas madeirenses. No evento de arranque do ano político, que incluiu também um

convívio, Paulo Cafôfo classificou os militantes como o património mais rico que o PS tem e que o tornam um partido de causas, que se diferencia dos outros precisamente pelos valores pelos quais sempre lutou, "em prol da construção de uma sociedade livre, solidária, que promova a igualdade, aberta à inovação e, acima de tudo, humanista e progressista". O momento foi igualmente aproveitado para continuar a apelar à mobilização dos militantes e simpatizantes socialistas, evidenciando o facto de serem todos necessários para a construção de um futuro comum, com mais acesso à educação, à saúde e à habitação, assente num projeto de autonomia e no espírito de comunidade. ■ PS/MADEIRA



“ Em 100 dias de governação, a AD ainda não apresentou uma única medida para promover a Igualdade ou combater as Discriminações”.

“ O número de mulheres presidentes de concelhias do PS era de 27 no último mandato, hoje são 57”.

Portugal tem um legado em matéria de Igualdade e Não discriminação, com reconhecimento internacional, de que o PS muito se orgulha. Sempre que o PS é Governo, a Igualdade e os Direitos das Mulheres e das pessoas LGBTIQ+ e pessoas racializadas, avançam; sempre que não é, re- cuam ou estagnam. Ocupamos hoje o 15º lugar no Index Europeu de IG (2023). PT foi o país que mais cresceu em IG nos últimos anos, com um aumento de 4.6 p.p. em relação a 2020.

O legado que as políticas socialistas deixam faz- se sentir a diversos níveis. Nas lideranças políticas estamos acima da média europeia (PT 36,1% // EU 33%). Nas lideranças económicas estamos acima da média europeia (PT 34,9% // EU 33,8%). A presença das mulheres nos órgãos de administração aumentou de 18% para 30% depois da aplicação da Lei do equilíbrio de géneros no sector empresarial, de 2017. Apesar destes progressos, verificou-se uma aplicação perversa da Lei, tendo as mulheres ocupado mais os lugares não executivos. AS MS-ID já tinham identificado o problema, agora, temos de transpor a Diretiva Europeia que impõe quotas para lugares executivos (33%) e não executivos (40%).

Na agenda do cuidado para com as crianças (child care gap) estamos na média europeia. Nas desigualdade salarial (pay gap) estamos na média europeia. Nestes últimos anos de governação socialista, aprovámos leis inovadoras contra o sofrimento humano e garantimos igual dignidade legal à hétero e à homo parentalidade, assegurando os Direitos das pessoas LGBTIQ+, e PMA para todas as mulheres. Promovemos a Agenda do Trabalho Digno, com reforço da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Na Agenda das Migrações, promovemos o reagrupamento familiar. A única medida desta governação foi acabar com a Manifestação de Interesse nas políticas de Migração e, dificultar, desse modo, o reagrupamento familiar. Portugal precisa de imigrantes por razões humanitária e porque são importantes para sectores decisivos da nossa economia como a construção, o turismo e a agricultura.

Foi reforçado o combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, para travar essa hedionda criminalidade, que estagnou em alta, pelo que estamos aqui para continuar a combater esse flagelo social.

Revertemos os retrocessos à IVG, em 2016. Para

nós a IVG é um Direito Humano. A AD votou contra a integração da IVG na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. Agora, nós queremos alargar para 12 semanas o prazo em que a interrupção se pode fazer a pedido da mulher.

Em 100 dias de governação, a AD ainda não apresentou uma única medida para promover a Igualdade ou combater as Discriminações. Só têm verbalizado vontade em combater as discriminações, mas é tudo muito vago, não passando de vagas intenções, tal como o Programa do Governo.

Neste verão, o que se passou com a saúde materna e infantil foi uma vergonha. Os partos em ambulâncias dispararam. As grávidas foram enviadas de Leiria para Coimbra ou para o Porto, ou para qualquer outro ponto de país a quilómetros de distância. Num fim de semana, em agosto, encerraram 17 urgências. O responsável de ginecologia da emblemática MAC demitiu-se. É certo, que sempre nasceram bebés em ambulâncias, mas nasciam em média um por mês (2023), este ano já nasceram 40 bebés em ambulância, metade no verão, o que levou os bombeiros a alertar para os 'riscos iminentes de desgraça'. As grávidas vivem esta instabilidade com muita ansiedade, vendo agravada a sua saúde mental e a dos seus filhos, num momento em que necessitavam de tranquilidade. Só podemos tirar uma conclusão: a saúde materna não é prioritária para esta governação.

Hoje, mais do que nunca, estamos atentas aos sinais dos tempos.

E seguimos, do outro lado do Atlântico, a voz dessa gigante mulher, Kamala Harris, que não se cansa de defender os direitos de todas nós, em nome da democracia e de uma sociedade justa, que ninguém exclua e todos integre. Os direitos das mulheres e de todas as minorias são Direitos Humanos! Queremos que Kamala ganhe e queremos que a democracia vença. Queremos que a Luz afaste a escuridão!

Nós confiamos inteiramente nas mulheres portuguesas e nas decisões que querem, de forma livre, tomar sobre o seu corpo. A liberdade é para nós um valor irrenunciável a proteger.

Como diz Kamala, se lutarmos, ganharemos! Se renunciarmos, perderemos!

Nós queremos ganhar e por isso vamos continuar a lutar!

Não podemos estagnar! Não podemos parar! ■

*Presidente Nacional das Mulheres Socialistas

Tem sido pela mão do Partido Socialista que têm sido alcançadas enormes conquistas nos domínios da Igualdade, e, nos últimos anos, tem sido particularmente visível o trabalho das Mulheres Socialistas-Igualdade e Direitos (MS-ID), uma estrutura partidária única na Europa, e no Mundo.

Foi sob a liderança de Elza Pais que, com a revisão estatutária que abriu portas à criação de estruturas de âmbito concelhio, a partir de 2018 as Mulheres Socialistas criaram núcleos de trabalho desconcentrados em todas as Federações, que permitiram a eleição de 148 Coordenadoras Concelhias 2020. O PS tinha, na altura, 21.026 militantes ativas. Em 2022, o número de Coordenadoras eleitas aumentou para 150, às quais se juntaram 58 mulheres que aceitaram ser "pontos focais" das MS-ID com o objetivo de dinamizar futuras estruturas concelhias. O número de mulheres militantes do PS cresceu para 26.717. Em 2024, existem 174 Coordenadoras Concelhias, líderes de equipas que envolvem mais de 4 mil mulheres, a trabalhar ativamente por todo o território nacional. O número de militantes ativas é agora de 33.198.

A análise destes números revela a atratividade destas estruturas: o número de militantes ativas cresceu 58% em 4 anos. Significa isto que, ao contrário do que "se dizia", as mulheres preocupam-se com a política, estão disponíveis e interessadas em participar. Só precisam de espaço. Olhando para a realidade do próprio PS, contam-se pelos dedos de uma mão as mulheres que lideraram Federações Socialistas. Ainda hoje, em 19 federações, apenas uma, a de Bragança, é presidida por uma mulher, Berta Nunes.

As estruturas concelhias, coordenadas a nível distrital pelas Presidentes Federativas das MS-ID, lideram agendas políticas que são insubstituíveis e da qual nenhuma outra força política se ocupa: são agendas muito focadas, de natureza essencialmente social, desenvolvidas em proximidade com as pessoas e em diálogo permanente com a sociedade civil.

Esta intensa agenda de atividade assume particular relevância no mandato que agora começa, que é de preparação das eleições autárquicas: o PS, a maior força política no Poder Local, estará em condições de se apresentar ao eleitorado com quadros politicamente mais preparados, integrando nas suas listas mulheres que estão direta ou indiretamente envolvidas nestas estruturas.

Tendo em conta os números já citados, importa apresentar também uma leitura a partir de outro ângulo: se é verdade que todas estas mulheres acrescentam valor político ao PS, não é menos verdade que as estruturas têm tido uma função de capacitação para a liderança. O número de mulheres presidentes de concelhias do PS era de 27 no último mandato, hoje são 57. Ou seja, cada vez mais o PS está a integrar lideranças de mulheres, reforçando os seus quadros políticos com pessoas bem preparadas, homens e mulheres, provenientes de diferentes áreas de formação e das mais diversas profissões, acrescentando competência e talento, além da diversidade. ■

*Secretária Nacional para a Organização das MS-ID

ENTREVISTA A PEDRO NUNO SANTOS

“CABE-NOS DEFENDER O QUE ACREDITAMOS SER O MELHOR PARA PORTUGAL”

Em entrevista ao Ação Socialista, o Secretário-Geral do PS, Pedro Nuno Santos, detalha os fundamentos da posição do Partido no presente momento político: agir em plena autonomia estratégica, com responsabilidade perante o país e respeitando os compromissos assumidos com os eleitores, visando melhorar a vida da larga maioria dos portugueses. As prioridades europeias, a vida interna do PS, os Estados Gerais e as próximas eleições autárquicas são, também, analisadas nesta entrevista.

O PS tem sido determinante na democracia portuguesa porque sempre soube preservar a sua autonomia estratégica. Como é que a autonomia estratégica dos socialistas guia as decisões políticas a tomar pelo PS no futuro próximo?

A autonomia estratégica do PS é um dos seus pilares fundamentais e tem sido determinante na defesa dos interesses dos portugueses ao longo das últimas décadas. O Partido Socialista sempre se guiou pelos princípios que colocam as pessoas no centro da ação política. Não estamos reféns de pressões externas; o que nos orienta é a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde o desenvolvimento económico esteja sempre aliado à justiça social. No futuro próximo, essa autonomia continuará a ser essencial para garantir que as decisões políticas do PS estão alinhadas com as necessidades reais da população, e não com o que parece mais conveniente ou fácil a curto prazo.

No contexto da negociação do Orçamento do Estado para 2025, por exemplo, essa autonomia estratégica torna-se ainda mais evidente e necessária. A nossa posição é clara: viabilizar o Orçamento sem olhar ao conteúdo ou ceder em princípios fundamentais

seria uma traição à confiança depositada pelos eleitores. O PS está disposto a negociar, a procurar compromissos, mas dentro de limites que respeitem os seus valores centrais. Não podemos apoiar medidas que favoreçam apenas uma minoria de empresários ou jovens, como é o caso da redução do IRC sem critério ou da proposta do IRS Jovem. Estas são políticas que não servem a maioria dos trabalhadores, que são quem mais necessita de proteção e valorização.

Então, de que depende o voto do PS no Orçamento do Estado para 2025?

O voto do PS no Orçamento do Estado para 2025 vai depender, acima de tudo, do conteúdo do documento e dos sinais claros que o Governo der em relação às medidas que nós consideramos fundamentais para o futuro do país, nomeadamente o IRC e o IRS Jovem. Ao Partido Socialista e a mim, enquanto seu Secretário-Geral, cabe defender aquilo que acreditamos ser o melhor para Portugal. Sempre disse e volto a repetir: a política tem de ser feita com convicções. É esse o compromisso que tenho com o povo português e com os princípios que orientam o Partido Socialista e a sua história.

Se o Governo quiser apresentar

um Orçamento que vá ao encontro das nossas preocupações, estaremos dispostos a dialogar e a viabilizar. Se persistirem em políticas que acreditamos serem prejudiciais, não hesitaremos em votar contra. Não cederemos a pressões externas ou a táticas eleitorais; cederemos apenas em nome do que é certo e justo para o país.

A proposta de baixar o IRC de forma transversal e a forma como o IRS Jovem está a ser desenhado são inaceitáveis para nós. O primeiro favorece grandes empresas sem garantir a valorização salarial dos trabalhadores, e o segundo é uma ilusão que não vai reter os nossos jovens talentos no país, mas sim beneficiar de forma totalmente injusta uma minoria dos jovens. Como poderia o PS viabilizar um OE que, em vez de responder às necessidades da maioria dos portugueses — incluindo a maioria dos jovens e a maioria dos empresários — está focado em beneficiar apenas uma minoria? O nosso compromisso é com políticas que tragam impacto significativo para a maioria, promovendo justiça social, retenção de jovens talentos, condições dignas de trabalho, e crescimento económico sustentado com empresas que contribuem para a valorização dos seus trabalhadores.



“

O NOSSO COMPROMISSO É COM POLÍTICAS QUE TRAGAM IMPACTO SIGNIFICATIVO PARA A MAIORIA, PROMOVENDO JUSTIÇA SOCIAL, RETENÇÃO DE JOVENS TALENTOS, CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO COM EMPRESAS QUE CONTRIBUEM PARA A VALORIZAÇÃO DOS SEUS TRABALHADORES.

”



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES PS

uma via mais progressista. Neste contexto, quais são as nossas prioridades na frente europeia?

O Partido Socialista tem tido como prioridade reforçar o papel da União Europeia na construção de soluções para os seus cidadãos. A incapacidade de dar respostas eficazes a questões como a habitação, o desemprego e os serviços públicos tem alimentado o descontentamento popular, abrindo caminho para o crescimento de forças políticas de extrema-direita que exploram o medo e a incerteza. No entanto, essas forças não trazem soluções reais e apenas agravam o clima social. Por isso, temos colocado a tónica numa Europa de resultados, capaz de enfrentar os desafios sociais e económicos com instrumentos eficazes a nível central.

A primeira prioridade do PS na frente europeia é garantir que a UE se torna um agente ativo na resolução dos problemas sociais que afetam milhões de europeus, com especial atenção à crise habitacional, que hoje se apresenta como uma das áreas mais críticas. Propomos um Plano Europeu para a Habitação Acessível que, indo além das competências tradicionais da UE, integre preocupações ecológicas e contemple tanto os mais vulneráveis quanto as classes médias e os jovens. Defendemos também a criação de um Instrumento de Investimento Permanente em Habitação Pública, que permita aos Estados-membros investir de forma sustentada neste setor estratégico. No plano económico, defendemos uma política industrial europeia ambiciosa, focada na reindustrialização de todo o continente, com especial ênfase em setores tecnologicamente avançados e neutros em carbono. O objetivo é garantir que todos os Estados-membros, e não apenas os do centro e norte da Europa, beneficiem deste desenvolvimento. Portugal tem um papel exemplar na transição ambiental e quer utilizar todo o seu potencial para captar investimento e transformar a sua economia com o apoio da UE. Defendemos a criação de um Fundo Europeu de Investimento para financiar as transições climática e digital, bem como a investigação e o desenvolvimento, de modo a posicionar a UE como uma das economias mais dinâmicas e inovadoras do mundo. Tudo isto no âmbito de uma Autonomia Estratégica Aberta, que permita à União afirmar-se como uma potência global

influente e atenta, num mundo cada vez mais perigoso.

Em última análise, consideramos que a nossa inserção europeia deve sempre refletir a ambição de desenvolvimento que vem do 25 de Abril, com uma visão de pertença ao espaço político, social e cultural europeu. Queremos uma Europa mais coesa, onde todos os Estados-membros possam prosperar, sem divisões entre países que produzem bens sofisticados e outros que apenas fornecem serviços de turismo.

Que balanço faz o Secretário-Geral do processo, que está a decorrer, de renovação das nossas estruturas locais e federativas?

Faço um balanço muito positivo deste processo de renovação. Temos assistido a momentos de grande participação, o que revela a vitalidade do nosso partido e a sua preparação para os desafios que se avizinham. Esta renovação das estruturas locais e fe-



NÃO PODEM DIZER QUE SOMOS INFLEXÍVEIS QUANDO EM CENTENAS DE PÁGINAS DISSEMOS QUE NÃO QUEREMOS DUAS MEDIDAS. OS 78 DEPUTADOS DO PS NÃO FORAM ELEITOS PARA EXECUTAR O PROGRAMA DE GOVERNO DO PSD.



derativas, além de ser essencial, enquadra-se perfeitamente na visão mais ampla dos Estados Gerais que iremos lançar e traz consigo novas ideias e formas de fazer política. A renovação interna é fundamental, para que o PS continue a ser um partido interclassista, intergeracional e com uma presença ativa em todos os territórios. O PS tem hoje o maior número de sempre de militantes com quotas pagas, o que reflete um forte envolvimento das bases e uma vontade de contribuir para o futuro do partido. Esse dinamismo será, sem dúvida, uma força importante nas próximas eleições autárquicas.

Historicamente, a renovação de quadros e de proposta política sempre passou, no PS, pela abertura à inteligência e à experiência que existe para lá das fronteiras da militância partidária. O que pode adiantar sobre os Estados Gerais cuja convocação já anunciou?

Os Estados Gerais irão ser fundamentais para o PS por várias razões estratégicas e políticas, sobretudo no contexto atual. Primeiro, representam um processo de escuta e participação alargada da sociedade portuguesa, permitindo que o partido construa uma alternativa programática sólida e fundamentada, baseada nas necessidades e aspirações reais dos cidadãos. Ao envolver não apenas os quadros do partido, mas também diferentes setores da sociedade, iremos demonstrar que o Partido está comprometido em criar políticas que reflitam as prioridades da maioria dos portugueses e que sejam inclusivas, indo além das suas próprias fronteiras. Isso reforça a ligação entre o partido e o país, criando um diálogo que fortalece a democracia. Em segundo lugar, os Estados Gerais são uma ferramenta essencial para consolidar a autonomia estratégica do PS, permitindo que o partido construa uma alternativa de poder de forma independente e crítica em relação ao governo da Aliança Democrática (AD). Também permitirão ao PS renovar-se a nível de quadros, tornando-o, eventualmente, uma força de governo pronta a assumir responsabilidades. Este processo de renovação é fundamental para nos reafirmarmos como um partido que não se limita a criticar, mas que apresenta soluções concretas e viáveis. Por fim, a importância dos Estados Gerais também está relacionada com o momento político que o país atravessa. Ao criar este espaço de reflexão e diálogo, procuramos responder ao descontentamento popular com um governo que tem sido arrogante com o Parlamento e a oposição. O resultado das eleições europeias foi um claro sinal de que os portugueses exigem maior humildade e abertura por parte do governo. Mas não é isso que tem sucedido. Os Estados Gerais permitem ao PS posicionar-se como uma alternativa clara, capaz de corrigir essas falhas e de restabelecer uma relação de respeito entre governo, oposição e o Parlamento, algo essencial para a saúde da democracia em Portugal.

O Estado não é só o Estado central; o poder local democrático é uma dimensão essencial da capacidade do Estado para responder ao país. Como é que o PS encara as próximas eleições autárquicas?

O PS vê as eleições autárquicas como uma oportunidade para reforçar a sua missão de serviço público, descentralizando e aproximando o Estado das populações, de forma a garantir que o desenvolvimento do país é solidário e sustentável. O poder local é uma peça essencial da democracia, resultado do 25 de Abril, e os municípios têm um papel determinante na resposta às necessidades dos cidadãos, particularmente na prestação de serviços de proximidade e na promoção de um desenvolvimento equilibrado em todo o território nacional. Com isso em mente, o Partido compromete-se a continuar a trabalhar em prol de uma maior autonomia e capacitação das autarquias, para que estas possam liderar de forma eficaz os desafios locais em áreas como a habitação, a mobilidade, a educação e a saúde. Além disso, queremos continuar a valorizar políticas que promovam a coesão territorial, combatendo as assimetrias regionais e assegurando que todos os portugueses, independentemente de onde vivam, têm acesso a oportunidades iguais de desenvolvimento.

Quais são os objetivos eleitorais do PS para as próximas autárquicas?

Os objetivos eleitorais do PS para as próximas autárquicas são claros: o partido pretende continuar a ser a maior força política autárquica em Portugal, consolidando a sua liderança a nível local, e manter a liderança da ANMP e da ANAFRE. Além disso, ambicionamos melhorar a qualidade da gestão autárquica, promovendo políticas de proximidade, focadas nas reais necessidades das populações, com especial destaque para áreas como a habitação, o ambiente, a mobilidade e os serviços públicos de qualidade. Para mim, as autárquicas são uma forma de demonstrar o compromisso do PS com os valores da democracia local e da justiça social, trabalhando para garantir que todos os municípios, independentemente da sua dimensão ou localização, têm as condições necessárias para se desenvolverem de forma equilibrada e sustentável. ■

Não podem dizer que somos inflexíveis quando o PS está disposto a viabilizar um Orçamento que não é seu, quando em centenas de páginas dissemos que não queremos duas medidas. Os 78 deputados do PS não foram eleitos para executar o programa de governo do PSD.

Estamos a iniciar um novo ciclo na União Europeia, depois das eleições para o Parlamento Europeu, onde fomos dos poucos partidos da área socialista a vencer eleições. Contudo, os socialistas não têm, na UE, o peso que seria necessário para impulsionar

MUDAR O PARADIGMA DA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES

PAULO PISCO*



“É preciso respeitar o apego e o patriotismo que os portugueses têm às suas origens e a vontade de darem o seu contributo ao país, ultrapassando preconceitos que ainda existem”.

A presença portuguesa no mundo precisa de uma abordagem completamente diferente por parte de toda a sociedade, de uma mudança de paradigma, a começar por ser olhada não como os “emigrantes”, mas como portugueses iguais. Isto significa que terão de ter a mesma prioridade no que respeita às políticas públicas que têm outras áreas de governação e que a distância e a ausência não é para isso um obstáculo.

A sua especificidade é não viverem fisicamente no país, mesmo que sejam os ausentes mais presentes da nossa vida coletiva. Ou haver uma particularidade relativamente às segundas e terceiras gerações de portugueses que têm outro perfil de integração, mas que muitas vezes sentem o apelo das origens, mesmo que não falem português. E estes são domínios onde se devem procurar formas inovadoras do país se relacionar com a sua diáspora, o da relação fiscal e a diversidade de ocupações dos lusodescendentes, dos empresários que desejam investir, dos eleitos de origem portuguesa, nos criadores na arte e na cultura, na colaboração em muitos domínios de atividade.

Há, portanto, duas dimensões da relação de Portugal com a diáspora, uma interna e outra externa. É preciso respeitar o apego e o patriotismo que os portugueses têm às suas origens e a vontade de darem o seu contributo ao país, ultrapassando preconceitos que ainda existem. Assim, a nível da administração pública, é necessário que haja serviços que lhes sejam dedicados. E são muitos, relacionados particularmente com o seu património, fiscalidade, questões de registo civil, regresso, ensino para os filhos. Há aqui também uma dimensão local muito forte, pelo que estes polos dedicados da administração pública deveriam ter uma distribuição regional, com uma ligação direta e em cooperação com as câmaras municipais do distrito. Todo o país se devia empenhar em fazer tudo para que um português que resida no estrangeiro nunca se sentisse estrangeiro no seu próprio país. E, infelizmente, isso ainda acontece.

Quanto à dimensão externa, além da necessidade de continuar a dar respostas aos pilares tradicionais das comunidades, como o ensino de português do básico à universidade, do atendimento consular, do associativismo, mas com mais investimento e mais criatividade para dar uma resposta de muito maior qualidade às necessidades que enfrentam, é preciso olhar para todas as dimensões da presença portuguesa no mundo. Pela simples razão de ser necessário respeitar uma dimensão afetiva que tem a ver com a história da emigração, desde logo, mas também para a afirmação de Portugal a nível nacional e internacional, pelo extraordinário contributo económico e diplomático que representa, por um lado e, por outro, pela projeção da sua imagem de povo com história, cultura, identidade e valores do humanismo e universalismo, que tanto nos caracterizam.

E é claro que tudo isto precisa depois de se materializar em propostas e iniciativas concretas que vão ao encontro das necessidades e expectativas das comunidades portuguesas, reconhecendo o seu valor e potencial, com um olhar que não esteja apenas refém de uma secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, mas que seja transversal a todas as áreas de governação. Algo que o atual governo do PSD está longe de ter capacidade para concretizar, mas que é absolutamente necessário para que a coesão nacional e todo o potencial do país se possa realizar. ■

*Deputado à Assembleia da República eleito pelo Círculo da Europa



TIAGO CORAIS É O PRIMEIRO PORTUGUÊS ELEITO DEPUTY LORD MAYOR DE OXFORD

O socialista Tiago Corais, membro da Comissão Nacional e antigo coordenador da Secção do PS em Londres, acaba de ser eleito Deputy Lord Mayor de Oxford para o período 2024-25. Esta distinção histórica assinala a primeira vez que um português assume o cargo numa das cidades mais prestigiadas do Reino Unido.

NA CERIMÓNIA solene de posse, Tiago Corais compartilhou ser “uma honra e um privilégio” desempenhar as funções numa cidade “com tanta tradição política”, manifestando o seu “grande entusiasmo” com este novo desafio e comprometendo-se a “promover a democracia entre as gerações mais jovens e a valorizar a diversidade das comunidades em Oxford”. A candidatura de Tiago Corais foi apresentada por dois dos mais reputados e experientes vereadores de Oxford, destacando a sua dedicação à comunidade e o simbolismo da sua eleição como um marco para a cidade.

O primeiro proponente, Alex Hollingsworth, enalteceu a “inspiração política” de Tiago Corais, quer através das suas raízes familiares de poder local, em Terras de Bouro e Braga, como pela influência recolhida na figura de Mário Soares e da sua vitória presidencial em 1986.

“E não foi apenas o processo dessa eleição que cativou a imaginação de Tiago,

foi a maneira como Mário Soares venceu que continua a inspirá-lo na sua intervenção política. Soares começou a corrida presidencial com quase nenhuma chance de sucesso. Se tivesse baseado sua decisão de concorrer em pesquisas de opinião, teria desistido. Mas, em vez disso, construiu sua campanha com base na fé em suas crenças, ideais e políticas, confiando que, se ouvisse o povo e o povo o ouvisse, essa confiança seria retribuída. Ele estava certo. Mário Soares tornou-se Presidente de Portugal, e Tiago Corais apaixonou-se pela política”, ressaltou. Destacando que a língua portuguesa é a segunda mais falada em Oxford e que a identidade nacional portuguesa está em ascensão nesta cidade, Alex Hollingsworth reiterou o seu “orgulho” em propor para Deputy Lord Mayor alguém que abraçou Oxford, para onde se mudou há cerca de dez anos, e da qual é hoje um valioso ativo da comunidade.

Por sua vez, o segundo proponente, Nigel Chapman, enalteceu o trabalho de Tiago Corais em Oxford, realçando a empatia que demonstra pelos seus eleitores em Littlemore, a sua paixão pelo bairro e a sua capacidade em atender aos anseios da comunidade.

“Tiago Corais é agora um marco na história de Oxford, representando valores de amizade, paz e internacionalismo. Sua eleição como Deputy Lord Mayor é motivo de orgulho para todos nós”, concluiu. ■



AGENDA DO TRABALHO DIGNO. PÔR FIM AOS “AJUSTES DE CONTAS”

A LEGISLAÇÃO laboral é, reconhecidamente, um fator relevante para a promoção da dignidade do trabalho e do ajustamento das empresas às necessidades de mercado, sendo assim um instrumento com o potencial de trazer maiores justiça social, crescimento económico e competitividade.

Porém, a legislação laboral está longe de ser o instrumento único para promover tais finalidades.

No entanto, a cada oscilação dos ciclos políticos, as alterações ao Código do Trabalho ressurgem não como um instrumento para algo, mas como um fim em si, como o resultado que pode determinar a vitória ou a derrota ideológica de atores políticos e atores sociais. Transformadas em ideologia, as alterações à legislação laboral tornam-se armas de um autêntico “terrorismo legislativo”.

No dia 1º de Maio de 2023, entrou em vigor a alteração legislativa conhecida por Agenda do Trabalho Digno. As medidas de combate à precariedade, de regulação da contratação coletiva, de dignificação do serviço doméstico e do trabalho suplementar, de moralização dos despedimentos ou de reforço dos direitos de parentalidade e dos cuidadores informais dão respostas a problemas laborais, incluindo aos novos desafios do mundo do trabalho, e contributos para ultrapassar desafios estruturais, como o problema demográfico.

As alterações trouxeram igualmente benefícios para as empresas. A criminalização do trabalho não declarado não combate a concorrência desleal? A regulação do teletrabalho e do trabalho nas plataformas digitais não traz um indispensável quadro de previsibilidade?

No entanto, com a mudança de Governo, pouco mais de um ano após a

entrada em vigor da Agenda, de novo estamos sob o espectro da mudança legislativa. Nem tudo na Agenda é positivo, havendo matérias em que se poderia ter ido mais longe ou em que sabemos que existem desafios a enfrentar até que as ideias legisladas cheguem de facto aos trabalhadores. Mas não é essa a questão. Ou não será só essa a questão. A questão não é só se subscrevemos ideias (mas não subscrevemos) de que é necessário despedir mais facilmente ou se é criando pagamentos paralelos aos salários que promovemos as condições de trabalho e a proteção social. A questão deve ser também se é este o momento de reabrirmos o processo de revisão da legislação laboral. O Programa de Governo refere que “Um ano após a entrada em vigor do diploma [da Agenda do Trabalho Digno] impõe-se avaliar, designadamente na concertação social e com todos os parceiros, os resultados deste primeiro ano de implementação no terreno.”. Que a discussão primeira da legislação laboral seja feita na Concertação Social é de saudar, embora já o não seja o recorrente e quase incontrolável regresso ao tema por parte da Ministra do Trabalho. Mas será sério pensar numa avaliação um ano após a entrada em vigor de qualquer legislação?

Não se trata de impor pactos de regime ou de estar fechado à discussão, como não significa que o movimento sindical socialista deixou de sobrepor a justiça à estabilidade legislativa. Trata-se de credibilizar a legislação, de respeitar os tempos da negociação coletiva, de dignificar a vida dos trabalhadores, de não criar instabilidades para as empresas. Trata-se, antes de mais, de transformar a política num exercício de promoção do progresso social e económico e não num permanente “ajuste de contas” ideológico. ■ TSS/UGT

OS SINDICATOS NO COMBATE AO RACISMO E À XENOFOBIA

OS FENÓMENOS de racismo e xenofobia contra imigrantes ou comunidades de imigrantes a que assistimos em Portugal nos últimos tempos têm causas e responsáveis (direita e extrema-direita) e, como tal, devem merecer da CGTP-IN, nos quais os sindicalistas da CSS da CGTP-IN desenvolvem a sua atividade, um feroz e firme combate.

O que está em causa é o modelo de sociedade que, enquanto militantes sindicais, defendemos. Uma sociedade aberta, plural, cosmopolita, que saiba acolher e integrar os trabalhadores imigrantes.

O racismo e a xenofobia só poderão ser eficazmente combatidos através de políticas públicas que permitam a regularização da situação dos imigrantes e promovam condignamente a sua integração no trabalho e na sociedade. Essa integração terá reflexos positivos na economia, na demografia (através do reagrupamento familiar ou constituição de famílias) e na interculturalidade/cosmopolitismo, pois destrói sentimentos xenófobos.

A integração no mundo do trabalho dos trabalhadores imigrantes, de forma especial, na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (41,1% total de trabalhadores); alojamento, restauração e similares (31,1%); atividades administrativas (28,1%); e na construção civil (23,2%), tem consequências positivas para a Segurança Social e para as finanças públicas que excedem em muito os apoios de que são beneficiários.

Em termos demográficos, sendo Portugal simultaneamente um país de emigração e de imigração, precisamos de mão-de-obra para os sectores atrás elencados, pelo que é positivo para a economia que Portugal tenha saldos migratórios positivos. Em 2023 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente de 33,6% face a 2022,

perfazendo um total de 1.044.606 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência.

A concessão de títulos de residência, em 2023, aumentou em mais 328.978, com destaque para a Autorização de Residência para Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os sindicalistas socialistas da CGTP-IN, defendem que aos trabalhadores imigrantes que vivem e trabalham em Portugal devem ser garantidos os mesmos direitos laborais que aos trabalhadores nacionais, nomeadamente no que respeita ao salário, cumprindo-se assim o princípio da igualdade.

Enquanto sindicalistas e cidadãos, mas também enquanto socialistas, sempre defendemos políticas públicas progressistas, uma política de imigração e de asilo que melhore o acolhimento e a integração dos cidadãos estrangeiros que escolhem Portugal para trabalhar e viver, que respeite os direitos humanos e os princípios da dignidade humana. Só assim contribuiremos para prevenir actos de racismo e xenofobia que a direita e extrema-direita potenciam com a sua retórica e com as suas políticas, e combateremos o patronato que promove o dumping social nos locais de trabalho, colocando, desta forma, trabalhadores contra trabalhadores.

Precisamos também de criminalizar as práticas de exploração laboral dos trabalhadores imigrantes, com a responsabilização em todas as fases das cadeias de contratação e subcontratação, bem como o reforço, com meios técnicos e humanos, das instituições competentes para a fiscalização e sancionamento das situações de exploração laboral dos trabalhadores imigrantes.

Continuaremos a lutar pela liberdade e democracia, pelo progresso, por uma sociedade mais justa e solidária.

■ CSS/CGTP

PORTUGAL NÃO PODE REGRESSAR A DÉFICE ORÇAMENTAL

ANTÓNIO MENDONÇA
MENDES *



O País que o atual governo encontra em 2024 é substancialmente diferente daquele que o PS encontrou em 2015: um país que está melhor e em que os portugueses estão melhor."

A situação económica, financeira e orçamental deixada pelo Governo PS é conhecida: Portugal cresceu a média anual de 2% ao ano durante todo o período de governação do PS (10 vezes mais que o ritmo de crescimento anual que nos 15 anos anteriores); O PIB per capita em paridade de poder de compra está em 82% da média da UE (o valor mais elevado desde 2006); há menos 800.000 pessoas em situação de exclusão ou pobreza; o investimento privado está em máximos; as empresas têm os melhores resultados, como bem atesta a receita de IRC (cuja taxa não subiu); o mercado de trabalho é hoje a maior garantia de sustentabilidade do crescimento económico, com a taxa de participação em máximos históricos e mais de 5 milhões de pessoas no mercado de trabalho - um mercado de trabalho com menos precariedade e com melhores salários: a remuneração bruta total média mensal por trabalhador era em março de 2024 de 1443 euros, mais 6,1% que no ano anterior, impulsionado pelo aumento histórico do SMN durante os Governos do PS (e contra a opinião de muitos, entre os quais do atual Ministro das Finanças). O nosso sistema financeiro está hoje sólido e capitalizado: quando o PS assumiu a governação, em 2015, 75% dos ativos do sistema bancário estavam em resolução, seriam resolvidos, subcapitalizados e com estruturas acionistas deficitárias. O maior exemplo de sucesso das decisões dos Governos PS no sistema bancário é o da Caixa Geral de Depósitos, que a direita queria privatizar, o Governo PS capitalizou, e o banco público já devolveu todo o dinheiro investido pelos contribuintes. A nossa situação orçamental atingiu o equilíbrio, com saldos positivos (1,2 em 2023), o que se traduz numa diminuição do nosso rácio da dívida para 99,1% do PIB.

Não tenhamos dúvidas: o País que o atual governo encontra em 2024 é substancialmente diferente daquele que o PS encontrou em 2015: um país que está melhor e em que os portugueses estão melhor.

Mas este caminho não nos dá por adquiridos os resultados futuros. É um caminho alicerçado em muito trabalho e não em sorte. Temos hoje muitas razões para estar preocupados com a continuidade do caminho de crescimento do País, equilíbrio orçamental e melhoria dos rendimentos das famílias.

As opções de perdas significativas de receitas fiscais que beneficiam poucos e o crescimento da despesa centrada exclusivamente em algumas carreiras especiais (abandonando a valorização das carreiras gerais), são uma clara ameaça ao equilíbrio orçamental. Isso mesmo já é hoje claro nas avaliações que o Banco de Portugal ou o Conselho de Finanças Públicas fazem das perspetivas de curto e médio prazo. O Governo tem como obrigação garantir o equilíbrio orçamental. O PS colocou essa mesma condição como pressuposto para poder considerar a viabilização do próximo Orçamento de Estado. Portugal não pode voltar às situações de défice orçamental. Portugal não pode abrandar o ritmo de descida do rácio de dívida pública. Essa é a maior garantia para as novas gerações, porque a parcela menor de dívida que reduzimos no presente, são os impostos a mais que as futuras gerações pagarão. ■

* Secretário Nacional e Vice-Presidente do GP do PS



OS DESAFIOS DOS INCÊNDIOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

MARIANA VIEIRA DA SILVA*



A simplificação de problemas complexos, reduzidos a uma frase ou soundbyte, é uma das características do populismo. E, como acontece sempre com os populismos, não só nada resolve como dificulta a resolução dos reais problemas."

Portugal foi assolado, nas últimas semanas, por mais uma vaga de incêndios, com consequências devastadoras. Perda de vidas humanas, de património natural e de valor económico. As primeiras palavras deste artigo são, naturalmente, de luto e de reconhecimento. De luto, por aqueles que perderam a vida. E de reconhecimento, a todos os que diariamente previnem e combatem os incêndios.

A resposta do Governo poderá a partir de agora ser avaliada. Três factos emergem desde já como centrais para essa avaliação. O primeiro, saber se a resposta aos avisos das condições climatéricas foi atempada e se a coordenação dos diferentes meios foi assegurada. O segundo, pela forma como o Governo geriu o processo, com a total ausência quer da Ministra da Administração Interna quer do Ministro da Agricultura. E, finalmente, a forma como Luís Montenegro procurou limitar a sua mensagem ao fogo posto, em lugar de enfrentar o problema na sua complexidade.

A simplificação de problemas complexos, reduzidos a uma frase ou *soundbyte*, é uma das características do populismo. E, como acontece sempre com os populismos, não só nada resolve como dificulta a resolução dos reais problemas. Ao concentrar todas as atenções em apenas uma dimensão de um problema que é estrutural, desfoca todos os agentes da resposta que é necessário dar.

Na sequência dos dramáticos incêndios de 2017, os Governos do PS reformularam o Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais, que assenta hoje em mais conhecimento e mais profissionalismo (corporizados na AGIF), maior coordenação e numa aposta clara na prevenção. Desde 2017 o investimento teve um reforço de 270% (de 143 ME para 529 ME). Mas mais importante, a distribuição deste montante era de 20% para prevenção e 80% para combate e é hoje de 61% para a prevenção. Ao longo dos últimos anos o investimento no combate também aumentou. Entre 2017 e 2023, verificou-se um crescimento global de 43% no número de recursos humanos, sendo que os recursos coordenados pela ANEPC (Bombeiros) foram o que apresentaram o maior acréscimo (+52%), em particular desde 2020. E também aumentou o número de veículos e aeronaves de combate aos incêndios. Resumindo, temos hoje um país muito mais capaz

de diminuir o número de incêndios e mais preparado para os combater.

Paralelamente, desde 2016 que se iniciou a reforma da floresta. Graças ao cadastro simplificado (BUPI), temos hoje mais de 2 milhões de matrizes georreferenciadas (30% do total). Este passo é indispensável ao desenho e sucesso de qualquer política pública, em particular nas regiões Norte e Centro do país, mais caracterizadas por uma excessiva fragmentação. Criámos 70 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e reforçámos de forma significativa o investimento no associativismo florestal: através das Zonas de Intervenção Florestal e de outras formas de gestão coletiva (como os baldios) temos hoje quase metade da floresta nacional num regime que garante mais cuidado e mais capacidade de gerar riqueza. O Governo do PS deixou aprovada na generalidade a Proposta de Lei da Reforma da Propriedade



JOSE ANTONIO RODRIGUES/PS

Rústica, para dar resposta à fragmentação da propriedade no nosso país, promovendo o seu emparcelamento e a sua valorização económica. Estas políticas tiveram resultados: a área ardida entre 2018 e 2023 foi (no total) 61% abaixo da área ardida em 2017, o que significa que em cada ano a área ardida correspondeu a 10% de 2017. E assistiu-se a uma redução de 53% da taxa de ignições em dias de maior risco.

Cabe agora ao Governo dar continuidade a estas reformas. Porque o desafio dos incêndios é um desafio do futuro. O ano mais quente, desde que há registo, foi 2023. Quatro dos anos mais quentes no planeta tiveram lugar na última década. Se ainda faltassem razões para nos envolvermos no combate às alterações climáticas, tivemos uma semana que nos deu mais um precioso alerta para a urgência e alcance do que ainda temos de fazer. ■

* Secretária Nacional e Vice-Presidente do GP do PS

A DESCENTRALIZAÇÃO, A PEDRA ANGULAR DA REFORMA DO ESTADO

LUÍSA SALGUEIRO*



Foi graças a um governo PS, e a uma maioria de municípios liderados pelo PS, que avançámos. E é o PS que deve continuar a lutar pela descentralização e pela regionalização. Porque, para outros, retirar ao poder central competências é limitar, entre outros, o poder de privatizar serviços públicos essenciais."

Sim. Foram os governos do PS, liderados por António Costa, que concretizaram a descentralização de competências para as autarquias locais, com grande coragem e com verdadeira capacidade de transformação e modernização do Estado português.

No XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), realizado em setembro de 2023, no Seixal, António Costa sublinhou ser esta a "pedra angular da reforma do Estado", sublinhando que foi um ganho para o país e a necessidade de se prosseguir este caminho, indo mais além. Foi graças a um governo PS, e a uma maioria de municípios liderados pelo PS, que avançámos. E é o PS que deve continuar a lutar pela descentralização e pela regionalização. Porque, para outros, retirar ao poder central competências é limitar, entre outros, o poder de privatizar serviços públicos essenciais. Percebemos o medo que esses têm em relação à regionalização do país e ao aprofundamento da descentralização, porque, depois de dar às comunidades a força de decidirem localmente os seus objetivos e desígnios, dificilmente estas aceitarão perder esse poder, muito menos a favor de interesses privados.

Vivemos uma fase empolgante da Democracia portuguesa. Se, em 1976, marcámos um grande passo com as primeiras eleições autárquicas livres, criando um Poder Local com autonomia e com legitimidade democrática direta, estamos agora, nos 50 anos do 25 de Abril e a dois anos de comemarmos os 50 anos de Poder Local democrático, no momento certo de afirmarmos um modelo de Estado que respeite integralmente o princípio da subsidiariedade. Temos, pois, a obrigação de continuarmos este caminho. Tal como a criação do Serviço Nacional de Saúde, legado histórico do PS, a Descentralização deve ser, também, parte do nosso legado. Como tal, o compromisso do PS no aprofundamento desta reforma, e na instituição da Regionalização, deve ser inequívoco, audível e permanente.

Contudo, o que correu bem pode estar ameaçado. Precisamos de uma nova Lei de Finanças Locais. Precisamos de aumentar substancialmente as transferências financeiras para os municípios e freguesias, reforma que o governo PS estava a preparar e que, agora, se encontra num estado de indefinição que urge clarificar.

Os municípios receberam as competências

transferidas, com reforço de financiamento, é certo. Mas verificamos que os municípios tiveram de suprir todas as deficiências que os serviços centralizados sofriam há décadas, com prejuízo das populações e com assimetrias regionais e locais gritantes. A correção dessas falhas do centralismo, que criou um país a várias velocidades, erodindo a coesão territorial e social, acarretou um pesado ónus financeiro para o Poder Local.

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) alerta para isso mesmo, relevando a queda abrupta do excedente orçamental dos municípios, de 353 M€ alcançados em 2022 para apenas 24 M€ em 2023, contra a previsão de 256 M€.

E a que se deve esta queda do excedente orçamental dos municípios? Segundo o CFP, esta queda reflete "as valorizações remuneratórias transversais a todos os trabalhadores das Administrações Públicas em 2023, bem como a transferência de pessoal ao serviço no âmbito do processo de descentralização", bem como "pela despesa relacionada com a descentralização de competências".

Ou seja, mesmo que compensadas as despesas com a transferência de competências de acordo com o que se gastava centralmente, a verdade é que o Estado estava em falta em muitas das suas obrigações com as populações. Falta de assistentes operacionais nas escolas, de viaturas nos centros de saúde, reduzida presença de técnicos sociais, entre muitas outras lacunas que os municípios tiveram, entretanto, de suprir, aumentaram a despesa para além dos valores previstos.

A Coesão territorial, que temos de reforçar sem tibiezas, tem um custo. Esse custo foi suportado pelas populações, discriminadas no seu direito de viverem num Portugal inteiro, sem portugueses de primeira e de segunda. Esse custo está agora visível nos orçamentos dos municípios e exige-se a justa distribuição dos recursos públicos, seguindo um caminho de convergência com a Europa, e acabando com uma longa história de termos um Poder Local português parente pobre dos seus congéneres europeus.

Esta é uma luta do PS. Esta é uma luta justa que os portugueses apoiarão. Este deve ser o nosso caminho. Porque a descentralização é um património político do PS e porque é ao PS que cabe a sua defesa e a ambição de irmos mais além. ■

* Presidente da CM de Matosinhos e da ANMP



FALTA UM ANO PARA AS AUTÁRQUICAS DE 2025

PEDRO RIBEIRO*



O PS quer ganhar as eleições autárquicas por acreditar genuinamente que somos, de uma forma geral, os melhores a governar o Poder Local."

Daqui a sensivelmente um ano o País autárquico vai a votos. As eleições locais são sempre importantes, são a forma de governo mais próxima da população. No entanto, as de 2025 têm características especiais.

O PS é maioritário nas Câmaras e Juntas de Freguesia. Por isso tem a Presidência das respetivas Associações. O PSD já definiu como objetivo ganhar a ANMP e a ANAFRE, ou seja, o líder do Governo aponta alto e com ambição às eleições autárquicas. De referir ainda que, historicamente, a liderança da ANMP nunca foi de uma força política mais de três mandatos consecutivos. Mudou em 1989, em 2001 e em 2013. Assim sendo, o PS pode fazer história, mas, mais do que isso, o PS pode e deve dar um sinal de que uma vitória nas autárquicas é algo da maior importância para nos mobilizar e mostra um caminho de mudança política para o futuro do País. Mais importante: o PS quer ganhar as eleições autárquicas por acreditar genuinamente que somos, de uma forma geral, os melhores a governar o Poder Local. A nossa matriz de valores leva-nos a olhar para as pessoas e para os seus problemas de uma forma empática, do lado de uma solução sustentável e com futuro, e não apenas como mais um número numa folha de Excel. É a nossa proximidade, a nossa capacidade de fazer compromissos entre as contas certas e as necessidades das populações, que nos têm dado vitórias históricas.

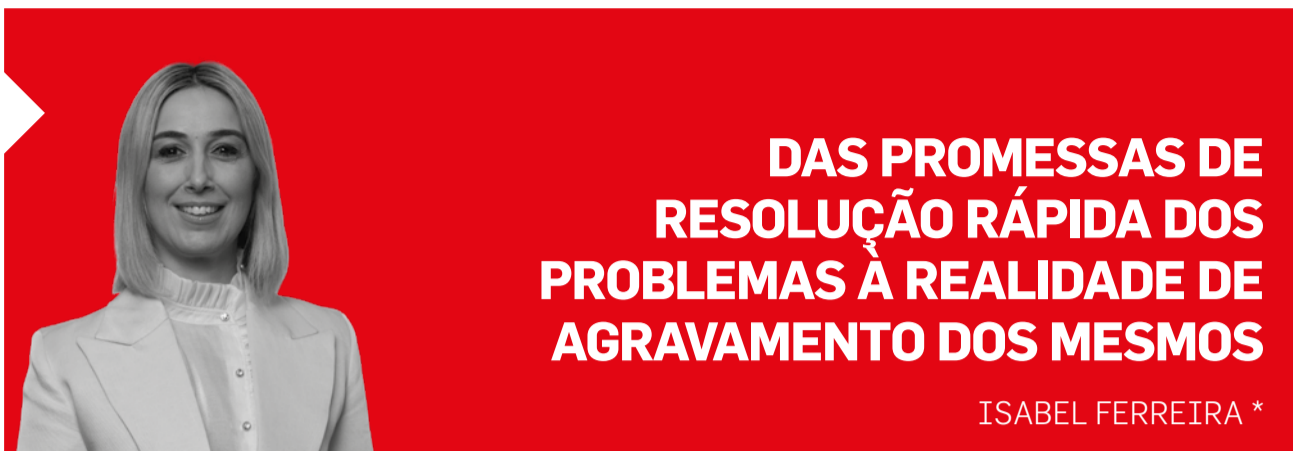
Além disso, também sabemos, e infelizmente os seis meses de Governo da AD vieram demonstrar isso mais uma vez, que tem sido apenas com o PS no Governo do País que as reformas estruturais nas autarquias se têm feito. E não são reformas de "papel", são reformas com impacto direto na vida das pessoas. Quando cumprimos a Lei das Finanças Locais, damos condições para as Autarquias cumprirem o seu papel social e de dinamização económica junto dos nossos munícipes e fregueses. Quando descentralizámos, tornámos o exercício de funções do Estado, como a educação ou a saúde, mais próximo dos cidadãos.

Há e haverá sempre mais para se fazer. A média europeia de transferências financeiras para as autarquias e regiões é de cerca de mais 50% do que o que se passa em Portugal. Cada vez mais a Europa defende que as políticas devem ser de âmbito nacional, mas de execução regional e local. Sendo que para isso é preciso meios e é preciso um Governo que queira abdicar dos seus poderezinhas e olhar para um bem maior que é Portugal como um todo. Como referi, ao longo de décadas isso só aconteceu com o PS no Governo da República e no Governo das autarquias.

É, por isso, fundamental que nos mobilizemos, que saibamos escolher os melhores, mesmo que isso implique ir recrutar fora das lógicas concelhias e/ou partidárias puras. Que saibamos escutar o povo e aquilo que ele quer como resposta para seus problemas e anseios. Se o fizermos, como aliás já demonstrámos à exaustão que o sabemos fazer, então 2025 será um ano de vitórias e de uma nova esperança para todos os que anseiam por um País mais justo e solidário. Nas eleições autárquicas, a vitória do PS é a vitória de cada mesa de voto, de cada Freguesia, de cada Câmara. Não é o Secretário-Geral que vai a votos, somos todos nós, e por isso depende de todos e de cada um fazer o seu melhor por essa vitória local que se transformará numa vitória nacional.

A ANA-PS esteve, está e estará cá para vos ajudar. Disponham. ■

*Presidente da CM de Almeirim e da ANA-PS



DAS PROMESSAS DE RESOLUÇÃO RÁPIDA DOS PROBLEMAS À REALIDADE DE AGRAVAMENTO DOS MESMOS

ISABEL FERREIRA *

“Temos bem presente as palavras do atual Primeiro-Ministro, quando era líder da oposição e, que, cheio de certezas, criticava o governo do Partido Socialista pela falta de professores, dizendo que bastava mudar o governo para se resolver rapidamente o problema.”

O discurso irrealista de “degradação da Escola Pública” é perigoso porque ignora todo o caminho feito até aqui, com melhorias significativas entre 2016 e 2023. A Escola Pública é responsável pela evolução na qualificação de jovens adultos (4 pontos percentuais acima da média da OCDE), pela diminuição dos NEET de 18% para 13%, melhor do que a média da OCDE, pelo acolhimento de crianças de 3, 4 e 5 anos (com alta taxa de matrícula, muito superior à média OCDE), pelo aumento da participação em educação e formação de adultos, entre muitos outros aspetos, acompanhados de um aumento do investimento em educação. Temos uma Escola Pública que garante o acesso de todos à educação, promove a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo. No início de um novo ano letivo, parece-me justo que reconheçamos o que são factos, até mesmo por uma questão de consideração por todos os profissionais que, com o seu trabalho diário, dignificam a Escola Pública.

Mas, temos também bem presente as palavras do atual Primeiro-Ministro, quando era líder da oposição e, que, cheio de certezas, criticava o governo do Partido Socialista pela falta de professores, dizendo que bastava mudar o governo para se resolver rapidamente o problema, nunca reconhecendo que estávamos perante questões estruturais. Fez uma campanha cheia de promessas de resolução rápida dos problemas, mas logo deu uma volta de 180º reconhecendo que a falta de professores não se resolve de um dia para o outro.

O PSD repete que foram lançadas 21 medidas na área da educação. Não interessa o número, podiam ser só 2 ou 3 desde que cumprissem o propósito, fossem eficazes em termos de: 1º) rejuvenescimento da carreira docente; 2º) formação de mais professores; 3º) aumento da atratividade da carreira.

Provavelmente conscientes de um agravamento, o Governo divulgou o número de 324 mil alunos sem professor, pelo menos, a uma disciplina em setembro de 2023, para serem os únicos a dizer que os números eram melhores neste ano letivo. Mas pior foi a explicação que o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação deu para este valor. Trazer para o mesmo indicador situações pontuais e excecionais de alunos sem uma determinada aula, e situações em que de facto não há professor que permita ao aluno ter aulas, é não tratar o problema com seriedade.

É lamentável constatar que o governo da AD demonstrou que é incapaz de cumprir as promessas de resolução rápida de problemas. O que observamos é um agravamento do número de alunos sem aulas, uma má operacionalização

do concurso externo e interno de professores, uma organização tardia do ano letivo, disponibilização de um portal de matrículas com problemas e adiamentos sucessivos de prazo, atrasos no concurso para professores do ensino artístico especializado da música e da dança e nas renovações dos técnicos especializados, introdução de desigualdades entre professores com subsídio de apoio à deslocação só para alguns, uma medida que juntamente com o concurso extraordinário de professores foram adendas ao plano mais aulas mais sucesso que, rapidamente, se percebeu ser pouco ambicioso e dependente da adesão de professores reformados, bolsiros de investigação e investigadores doutorados. ■

* Vice-Presidente do GPPS



AÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA AQUI



DIAS ÚTEIS
ÀS 17H
CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS



acaosocialista.pt

É PRECISO TER MEMÓRIA

MIGUEL COSTA MATOS *



“*Termos governado muitos anos não é um cadastro, é o reconhecimento dos portugueses pelo que fizemos.*”

Vivemos numa sociedade de consumo imediato. Não me refiro apenas aos bens de consumo, à moda rápida e aos ciclos mediáticos. A própria verdade passou a ser habilmente transfigurada sempre que deixa de ser conveniente. À política cabe adaptarmo-nos ou resistir. A resposta certa é, como quase sempre, ambas. Se a atualidade parece querer sintonizar-nos com a sociedade, cada vez mais as pessoas querem algo que permaneça, com raízes, que mais do que o quê, quando e quem, nos conte o porquê e o como. Algo que nos dê sossego e controlo perante um mundo perigoso e incerto. Precisamos de fazer política com memória e isso é especialmente importante nesta fase de oposição que o PS atravessa. Precisamos de avivar a memória do que fizemos. Os dados são transparentes. Herdámos um país com desemprego a mais e crescimento a menos, com bancos a ruir e contas descontroladas. Hoje, se o país pode ambicionar ter melhores salários no setor público e privado, é porque legámos ao país o seu melhor momento económico em mais de 30 anos.

Essa memória tem de nos erguer o queixo e encher o peito. Nenhum português deve ter vergonha de ser socialista e de o assumir. Termos governado muitos anos não é um cadastro, é o reconhecimento dos portugueses pelo que fizemos. Enquanto alguns, incluindo o Primeiro-Ministro, acham que o socialismo é o maior problema na política, nós ocupamo-nos de problemas reais, como a pobreza, os baixos salários ou as alterações climáticas.

Também temos de ter memória da maneira como fizemos política. Imaginem só se fosse um Governo PS a fazer demissões em série de dirigentes do Estado, negociações orçamentais onde se provoca o parceiro supostamente preferencial e se namora a extrema-direita às escondidas. Imaginem que aldrabávamos o número de

alunos sem professores, que impedíamos os hospitais de publicar se as maternidades estão fechadas ou se subíssemos os impostos sem nada dizer. O que seria se em dois meses o Ministro da Educação passasse de dizer que congelava as propinas para depois se descobrir que as planeava aumentar. Isto não pode ser um novo normal. Por outro lado, precisamos de ter memória de quando não fizemos política. Das cativações e dos brilhantes orçamentais que ninguém pediu e que tantos de nós avisámos que não devíamos fazer. Das contratações que ficaram por autorizar e das carreiras que ficaram por negociar. Das boas propostas, designadamente para os jovens, desde a saúde à habitação, que, depois de por nós propostas e ignoradas, estão hoje a ser aprovadas connosco a apoiar. Dos avanços que eram possíveis, como a legalização da canábis, a extensão da IVG ou mesmo a eutanásia que ficou por regulamentar.

Na reta final de 4 anos de liderança da Juventude Socialista, guardo as memórias de tantos quilómetros de proximidade e de tantas conquistas alcançadas, desde a Lei de Bases do Clima ao Direito ao Esquecimento, sem esquecer mais recentemente o alargamento do apoio ao alojamento para os estudantes da classe média, entre tantas outras. Acredito que, no final do dia, isso conta muito mais do que o sucesso nas redes sociais de outras personalidades políticas.

No final do dia, ter memória também é isso. Recordar-nos que o PS é as suas pessoas, os seus valores e as suas ideias. Estarmos sintonizados com eles é resistir a uma sociedade egoísta e estafada. Implica assumir um rumo para a sociedade. Quando os ciclos noticiosos passarem e a poeira assentar, fica esse património humano, de confiança e de ideal. Já diz a sabedoria popular – para colher, é preciso semear. ■

* Secretário-Geral da Juventude Socialista

UMA QUESTÃO DE INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

DIOGO VINTÉM*



“*Não faltará quem, sobressaltado pelo avançar da direita mais reaccionária, venha sugerir uma “atualização” de princípios, cedendo à agenda dela.*”

O neoliberalismo, movimento revanchista de direita que procura recuperar para as elites económicas todas as conquistas sociais e económicas das classes trabalhadoras durante o séc. XX, foi progressivamente tornando-se hegemónico na academia, no jornalismo, na cultura, na política e em todas as dimensões da nossa vida coletiva, sem ser questionado ou posto em causa. Penetrou de tal forma no subconsciente das pessoas ao ponto das suas regras serem tidas por naturais e imutáveis, tornando-se impossível conceber um mundo em que as mesmas não se apliquem.

Ninguém o exprimiu melhor do que Margaret Thatcher com a máxima de que não haveria alternativa ao modelo económico capitalista (“There is no alternative”), que vingou, até no nosso campo político, através do oportunismo de direita que se infiltrou nos partidos social-democratas e que teve a sua grande vitória com a chamada “terceira via”. Essa vitória da “terceira via” transformou-se numa derrota estrutural, ideológica e cultural para os social-democratas. Presos aos dogmas do neoliberalismo perverteram os seus propósitos, traíram os seus princípios, valores e bases sociais de apoio. Por isso, durante muitos anos, perante a incapacidade de executar transformações sociais e económicas e como forma de ainda preservar alguma da sua identidade, centraram quase exclusivamente a sua política nas chamadas causas fraturantes. Mas não é líquido sequer que essas causas estejam livres de ameaça, mesmo dentro do nosso campo político.

A profecia de Fukuyama do “fim da história”, da vitória do capitalismo e das democracias liberais sobre todas as outras formas de organização da sociedade, parece cada vez mais falsa. Precisamente porque hoje as crises do capitalismo não colocam em causa a sua continuidade. O capitalismo não precisa da democracia liberal para subsistir e, se necessário, destruirá a mesma para se autopreservar. Daí que se verifique este regresso do nacionalismo um pouco por todo o mundo (e, em particular, no Ocidente).

Se a vitória da “terceira via” significou a tragédia do movimento social-democrata, vamos assistindo agora um pouco por toda a Europa à farsa: o surgimento de um discurso profundamente reaccionário no interior de alguns partidos contra as comunidades migrantes, como no Partido Social-Democrata da Dinamarca. Será cada vez mais comum o aparecimento de partidos ditos de esquerda com políticas anti-imigração e com um certo pudor em falar nas causas da inclusão ou até atacando-as diretamente, como vemos no novo partido alemão BSW. Este é um caminho que em última análise levará à destruição ou à desfiguração dos tradicionais partidos social-democratas.

O PS em Portugal não está imune a este tipo de fenómenos. Não faltará quem, sobressaltado pelo avançar da direita mais reaccionária, venha sugerir uma “atualização” de princípios, cedendo à agenda dela. Não podemos permitir que um conjunto de derrotas eleitorais circunstanciais se transforme numa derrota ideológica e cultural estrutural. Se pretendemos fazer valer a nossa visão de mundo, não podemos ceder nos princípios e nos valores perante a direita neoliberal e reaccionária, tanto no plano socioeconómico, como no plano dos direitos e liberdades. Está em causa defender a nossa independência política. ■

*Diretor do Jovem Socialista



PORTUGAL SOCIALISTA



DOWNLOAD AQUI



A RESPONSABILIDADE DO PARTIDO SOCIALISTA É RESOLVER OS PROBLEMAS DAS PESSOAS

ALEXANDRA LEITÃO *

“O PS tem de se manter fiel ao seu programa eleitoral e à sua matriz social-democrata. Por isso, não prescinde de apresentar e aprovar na AR as suas propostas para o país, de fiscalizar a atuação do Governo e de influenciar proativamente a governação.”

Tem existido uma pressão crescente sobre o Partido Socialista para viabilizar o OE, o que não surpreende, uma vez que o PS está habituado a ser chamado à responsabilidade tanto no governo, como na oposição. Enquanto líder da oposição, o PS correspondeu: desbloqueou a eleição do Presidente da Assembleia da República, permitiu que o Governo começasse a governar não rejeitando o seu Programa e, ao contrário do que o PSD fazia na oposição, tem viabilizado, entre outros, diplomas do Governo que correspondem a metas do PRR ou que são necessários para agilizar a sua execução. O que é inaceitável é exigir-se que o PS abdique pura e simplesmente de fazer oposição, dando luz verde a todas as medidas, e em especial ao OE, como se entre o momento da não rejeição do Programa do Governo e o da apresentação de eventuais moções de censura ou de confiança, o PS devesse anular-se e deixar a AD governar livremente. Nada mais errado. O PS tem de se manter fiel ao seu programa eleitoral e à sua matriz social-democrata. Por isso, não prescinde de apresentar e aprovar na AR as suas propostas para o país (a dedução das rendas no IRS, os apoios ao alojamento estudantil, a redução do IVA da eletricidade, a eliminação das portagens nas SCUT), de fiscalizar a atuação do Governo e de influenciar proativamente a governação. Este é o papel da oposição num regime democrático: constituir-se de forma clara e credível como alternativa democrática. É verdade que em parlamentos muito fragmentados com

governos minoritários (como é, atualmente, o caso em Portugal) a estabilidade pode ser posta em causa. Mas é isso que resulta da vontade popular democraticamente expressa em eleições.

Chegados à negociação do OE, a posição do PS tem sido clara: evitar que se aprovem medidas negativas para o país (um IRS regressivo, socialmente injusto e de duvidosa constitucionalidade e uma descida transversal do IRC) que se traduzem numa perda de receita fiscal que põe em risco as contas públicas, o financiamento dos serviços públicos e as prestações sociais, e apresentar propostas que visem solucionar os problemas das pessoas. Até porque o Governo tem falhado em fazê-lo. Na saúde, vivemos em 2024 o pior verão dos últimos anos, com mais 30% de urgências obstétricas fechadas do que no ano passado, e uma ministra conflituosa que lançou o setor num autêntico caos de propósito para escancarar a porta do SNS aos privados.

Na educação, há mais alunos sem professor no início deste ano letivo (223.000) do que no início do ano letivo passado (80.000), apesar de o Ministério da Educação ter truncado os números. Também aqui os privados “espreitam”: a despesa com os contratos de associação já aumentou. E no ensino superior é prometido o aumento das propinas.

Na habitação, os resultados das políticas deste Governo estão à vista: em fevereiro de 2024, o preço das casas dava sinais de abrandar, mas em agosto aumentou 7,8%

como consequência das medidas erradas que incentivam o alojamento local e favorecem a especulação em vez de investir intensivamente em habitação pública, tornando as casas ainda menos acessíveis para a classe média.

A pasta das infraestruturas foi entregue a um ministro que não dá garantias nem de transparência nem de rigor nos procedimentos, como aconteceu no passado com a privatização da TAP – e pode voltar a acontecer.

O Ministro das Finanças, depois de ter sido desmentido pela Comissão Europeia sobre a saúde das contas do país, continua a falhar prazos sem explicar como vai acomodar no mesmo orçamento as medidas de pré-campanha eleitoral que o governo tem anunciado e a diminuição drástica da receita fiscal.

Perante os gravíssimos fogos recentemente ocorridos e uma ministra desaparecida, o Primeiro-Ministro adota uma postura populista (imediatamente desmentida pela PJ e pela GNR) que mais não visa do que desviar as atenções do que correu mal ao nível da coordenação política no combate aos incêndios.

Os anúncios sem contraditório e as conferências de imprensa sem direito a perguntas têm sido a imagem de marca deste Primeiro-Ministro e deste Governo. Seis meses e vários “powerpoints” depois, o Governo enjeita responsabilidades, mas não consegue disfarçar a sua incapacidade de executar e de apresentar resultados aos portugueses. ■

* Secretária Nacional e Presidente do GP do PS



JORGE FERREIRA/PS

